

2

Os lugares da psicologia*

Gostaria de iniciar agradecendo o convite para participar da abertura deste evento e a oportunidade de falar de um tema a que venho me dedicando há anos: trata-se da psicologia como área de saber e de atuação profissional; mais particularmente, trata-se de considerá-la como um espaço de dispersão teórica e prática que, ao mesmo tempo que conserva alguma unidade, abriga em seu seio uma pluralidade aparentemente caótica de ocupantes: refiro-me, obviamente, aos diferentes e muitas vezes antagonísticos sistemas psicológicos.

A convivência forçada com esta multiplicidade somada à perda das esperanças de que a unidade doutrinária e metodológica pudesse vir a ser alcançada sem esforço e a curto prazo, se é que um dia foi alcançada, tem conduzido muitos psicólogos a uma procura de seus fundamentos – melhor dizendo, de seus pressupostos – e a um

* Palestra proferida inicialmente no 1º Encontro Mineiro de Ciências Humanas, Letras e Artes, em São João del Rey e reapresentada na abertura da Semana de Psicologia da Unesp, em Assis, em setembro de 1993.

empenho na reflexão em torno da história dos saberes psi e em torno de suas implicações no plano das práticas sociais. Faz parte desse movimento, hoje bastante generalizado, o trabalho que desenvolvi ao longo da década de 1980 e que veio a ser publicado em 1991 com o título *Matrizes do pensamento psicológico* (Vozes). Em seguida, enveredei por um outro caminho de pesquisa; tomando ainda como mote a problemática da psicologia contemporânea, passei a enfocá-la a partir de um outro ângulo, já anunciado no trabalho anterior: o do processo histórico de constituição do próprio espaço psicológico, espaço em que puderam ser formulados os projetos de psicologia como área *sui generis* de saberes e atividades; tratava-se, também, de ver como este espaço, na segunda metade do século XIX, se estruturou na forma de “lugares” que vieram a ser ocupados pelas diversas teorias, sistemas e modelos de atuação hoje disponíveis. Essa pesquisa foi publicada em 1992 com o título *A invenção do psicológico – Quatro séculos de subjetivação (1500-1900)* (Escuta/Educ).

Hoje gostaria de retomar brevemente alguns aspectos deste trajeto, sublinhando algumas das conclusões a que me vi conduzido. Uma delas, talvez a mais importante, diz respeito ao meu progressivo desinteresse pelas chamadas questões epistemológicas (e metodológicas), pelo menos nos termos de uma versão *forte* da epistemologia; designo assim uma epistemologia que tome a si a responsabilidade pela normatização e a avaliação do conhecimento funcionando como uma espécie de rectora e juíza do conhecimento, que mereceria ser tomado como válido; paralelamente, minha atenção foi-se deslocando e se concentrando na dimensão ética das práticas

e dos discursos psicológicos. Mas para me fazer entender será necessário passar, ainda que brevemente, por algumas considerações de ordem mais geral.

O projeto epistemológico da modernidade e a gestação do espaço psi

Nossa cultura ocidental esteve desde o século XVII até, pelo menos, meados do século XX obcecada com as “questões do conhecimento”: mais precisamente, com a questão da *produção* e com a da *validação* das nossas crenças. Ora, a centralidade das questões epistemológicas e, em seguida, metodológicas na filosofia moderna não ocorreu por acaso nem foi sem consequências para o conjunto de nosso regime existencial.

Conviria, inicialmente, considerar o contexto histórico-cultural em que se instaurou o projeto epistemológico da modernidade como instância hegemônica e decisiva para a legitimação de todas as nossas crenças e fazeres. Através da luxuriante produção filosófica, científica, teológica, artística, musical e literária dos séculos renascentistas e, em particular, do século XVI¹, podemos vislumbrar um movimento que foi o da abertura de novos e infinitos espaços e perspectivas para a existência do homem. Mas, ao mesmo tempo, com a falência das “tradições históricas” (Feyerabend) e das formas de vida coletiva reguladas pelas tradições e pela obediência a autoridades intangíveis, assistimos também à perda de raízes e

1. Ver a propósito “Uma santa católica na idade da polifonia”, em Figueiredo, L.C. *A invenção do psicológico – Quatro séculos de subjetivação* (1500-1900) (Escuta/Educ, 1992).

referenciais estáveis sobre os quais se pudessem assentar e desenvolver existências relativamente apaziguadas e protegidas de episódios catastróficos que colocassem em risco suas continuidades e suas identidades. Nesse contexto, o recurso às experiências subjetivas individualizadas e de caráter privativo passou a ser tanto uma *possibilidade* como uma *exigência* na tarefa de reconstruir crenças e regras de ação, valores e critérios de decisão seguros e confiáveis, já que os dispositivos da tradição não se mostravam mais aptos à manutenção e à legitimação das existências individuais e coletivas. O exercício cada vez mais frequente e indispensável deste capital autogerado e autoadministrado por cada um – o capital da consciência reflexiva – marcou e acentuou uma crescente separação entre cada sujeito e os seus objetos de exame e cogitação e entre os indivíduos e suas coletividades. Na verdade, os saberes da tradição e os modos coletivistas e hierárquicos de vida social, o que é designado pelo antropólogo Louis Dumont como “sociedade holista”, não apenas haviam restringido o leque das perspectivas individualizantes, soldando estreitamente os indivíduos a seus grupos, como haviam enraizado profundamente dos homens a seus mundos, limitando o uso de procedimentos distanciadores e objetivantes, isto é, de procedimentos que separam nitidamente os sujeitos de seus objetos para que estes possam ser contemplados a uma certa distância e com o máximo de objetividade. Em contraposição, a dominância, tipicamente moderna, das tradições teóricas e epistemológicas, em que emergem e avultam as questões da fundamentação e do método, reflete uma nova posição do homem diante das coisas e no seio das coletividades: agora, cada vez mais entregue a si, cada indivíduo defronta-se com um mundo no qual já

não se sente plenamente em casa e de onde lhe surgem fenômenos dotados de uma certa estranheza e que exigem o máximo empenho em procedimentos de controle: será esta a função das *representações claras e distintas* capazes de se integrar em *sistemas coesos* e aptos ao exercício do *cálculo* e às previsões exatas. O ideal de linguagem e, ao mesmo tempo, o pressuposto de todo este empreendimento representacional está contido no projeto de *matematização* absoluta e ilimitada do universo²: trata-se de matematizá-lo no plano do conhecimento porque ele é por princípio de natureza matemática.

Contudo, para converter o mundo num estoque de objetos representáveis, acumuláveis de forma sistemática, previsíveis, manipuláveis e exploráveis enquanto "recursos naturais", o sujeito da modernidade devia começar por impor a si mesmo a autodisciplina de um método. De fato, é próprio da modernidade que o homem se descubra não apenas senhor de direito de todas as coisas, mas que também se reconheça como fonte primordial de seus próprios erros e desatinos. Daí a necessidade de uma autodisciplina. Dessa disciplina esperava-se uma espécie de ascese: ao método caberia a tarefa de expurgar de cada sujeito tudo aquilo que o tornasse suspeito, não confiável, irregular e idiossincrático de forma a constituir a partir desta exclusão uma subjetividade purificada e elevada (ou reduzida) ao exercício da razão e da experiência na sua invariância e na sua universalidade. Do método, em outras palavras, esperava-se a constru-

2. Um aprofundamento dessas questões pode ser encontrado em diversos trabalhos de M. Heidegger tais como "L'époque des conceptions du monde", *Chemins qui ne mènent nulle part* (Gallimard, 1990) e "Science et méditation", *Essais et conférences* (Gallimard, 1986), entre outros.

ção de um *sujeito epistêmico pleno*, sede, fundamento e fiador de todas as certezas. Ora, esta plenitude implica numa exigência radical de autonomia, autotransparência, unidade e reflexividade. O sujeito epistêmico plenamente constituído deveria ser o sujeito plenamente consciente de si, coincidente consigo mesmo e senhor absoluto de sua consciência e de sua vontade, um sujeito qualificado para a função de fundamento autofundante dos sistemas representacionais e de assento seguro para o mundo das representações. Tratava-se, enfim, de produzir metodicamente um sujeito capaz de *trazer o mundo para diante de si* (*de representá-lo*), de forma a poder contemplá-lo com toda a isenção e sem qualquer mediação interposta, livre, portanto, de qualquer risco de ilusão.

O método deveria, portanto, operar uma cisão: de um lado, uma subjetividade ascética e expurgada – a do conhecedor ideal –, de outro, tudo aquilo que comprometesse a confiabilidade do sujeito epistêmico, tudo que o tornasse variável, singular, desejante, padecente, afetável, em outras palavras, tudo que o *encarnasse* e o *mundanizasse* trazendo para ele as marcas da *finitude*; enfim, era preciso neutralizar tudo que o pudesse colocar na condição de fonte de suas próprias ilusões e engeguecimentos. Não é difícil perceber que estamos falando da separação, a ser idealmente instituída pelo método, entre a *mente*, na sua suposta liberdade, e o *corpo*, na prisão dos seus determinismos naturais e condicionamentos sociais. Boa parte da história do projeto epistemológico moderno em suas sucessivas versões atesta o reiterado fracasso dessa cisão. Não obstante, esses fracassos não impediram que o projeto tivesse uma certa eficácia e

que um dos resultados desta eficácia viesse a ser, algum tempo depois, a constituição do espaço psicológico³. No entanto, isto não ocorreu imediatamente e é preciso que prossigamos mais um pouco nesse breve histórico. No momento importa, ao contrário, compreender por que o caráter *subjetista* de todo o projeto epistemológico da modernidade – que pretendia fazer assentar no sujeito e nos seus poderes tudo que poderia haver de certo e seguro – não era capaz de gerar uma psicologia científica. De fato, embora tenha havido uma espécie de flerte do pensamento empirista desde o final do século XVIII e ao longo do século XIX com as questões da psicologia tal como hoje a entendemos⁴, e embora tenha havido também um flerte ainda mais comprometedor do pensamento romântico com diversos temas privilegiados pelas psicologias do século XX⁵, nada de semelhante às psicoló-

3. Colocando-se em um nível um pouco diferente, vale a pena ver, por exemplo, a interessante leitura comparativa que Françoise Carasso faz da medicina experimental de Cl. Bernard e Charcot e da terapêutica psicanalítica. Através dessa leitura a autora chega à hipótese de que os avanços de uma medicina científica sobre o corpo ajudaram a constituir e a delimitar o território próprio em que se instala uma investigação do sujeito do/ao sofrimento (Carasso, F. *Freud médecin*. Inserma/Actes Sud, 1992). Esta análise histórica pode ser refeita por qualquer um que se dedique à análise das relações entre a ordem médica e a escuta psicanalítica no contexto de um hospital geral. Da mesma forma, um *psicólogo* se revela como o que é constituído pelo projeto epistemológico moderno e como o que o *ultrapassa e oferece resistência a ele*.

4. Ver a propósito o excelente capítulo III de *La filosofía de la ilustración*, de E. Cassirer (Fondo de Cultura Económica, 1984; há tradução brasileira pela Unesp). Ver também de P. Gay, *The enlightenment* (The Norton Library, 1977).

5. Para o aprofundamento desse ponto dispomos dos diversos tomos da obra enciclopédica de Georges Gusdorf dedicados ao Romantismo: *Naissance de la conscience romantique au siècle des lumières* (1976), *L'homme romantique*, *Fondements du savoir romantique* (1982), *L'homme, Dieu, la nature dans le savoir romantique* (1985), *Les sciences humaines dans le savoir romantique* (1986), publicados pela Editions Payot.

gias contemporâneas poderia se constituir enquanto a supremacia do sujeito epistêmico e a viabilidade da cisão metodicamente efetuada na esfera da subjetividade não fossem radicalmente postas em questão: o sujeito epistêmico é visceralmente avesso ao olhar psicológico⁶; este, por sua vez, como veremos adiante, vai-se caracterizar pelo projeto de *desvendar exatamente o avesso do sujeito supostamente pleno*. O que se pode afirmar, contudo, é que tenha ocorrido como que uma gestação marginal do espaço psi na esteira da tradição epistemológica. De um lado, a psicologia não teria surgido como área independente de saberes e cuidados se não se tivesse instituído uma radical cisão corpo-mente em que esta se convertia numa realidade *sui generis* a atrair atenções especiais⁷. De outro, é fácil perceber que o *lugar do excluído* ou *do expurgável* pelo método, que se constituía como o negativo do sujeito pleno e que retornava na forma de sintomas e mal-estar, veio a ser precisamente o território de eleição de todas as psicologias. Em outras palavras, a psicologia nascerá de um processo histórico-social que, simultaneamente, instituiu cisões na experiência subjetiva e fracassava na manutenção destas mesmas cisões.

6. Em outro trabalho, "A militância como modo de vida. Um capítulo dos (maus) costumes contemporâneos" (*Cadernos de Subjetividade*, 2: 205-216 (1993), desenvolvi este argumento enfocando uma das encarnações mais *encarniçadas* do ideal de sujeito soberano, o de *militante*, e sua espessa resistência ao olhar e à escuta psicológica.

7. Em outro trabalho, "O silêncio e as falas do corpo", mostro como esta cisão é tipicamente moderna e não se confunde com algumas posições antigas e medievais em que se opunham *razão e desejo* ou *espírito e carne*. A esta palestra proferida no simpósio "Corpo e mente: uma fronteira móvel" promovido pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, o leitor interessado poderá recorrer para uma elaboração mais detalhada deste tema.

As vicissitudes do projeto epistemológico e a invenção do psicólogo

O que assistimos a partir da segunda metade do século XIX, embora já se anunciassem fenômenos congêneres desde muito antes, é a perda da vigência do sujeito como fundamento autofundante das representações verdadeiras; ou seja, torna-se cada vez mais difícil conservar nas virtudes ascéticas de qualquer método que tenha como missão constituir um sujeito plenamente senhor de sua própria consciência e vontade, capaz de uma disciplina estrita e de uma objetividade sem mácula. Há uma série de razões históricas (fatores econômicos, políticos e sociais) associadas ou determinantes dessa crise no processo de subjetivação, crise que põe em questão o que durante alguns séculos foi o ideal dominante do *vir-a-ser-sujeito*: o ideal de um sujeito autônomo e unificado. Inevitavelmente, uma perturbação de tal monta nas condições e vias da subjetivação moderna implica, mais cedo ou mais tarde, na falência do projeto epistemológico e na abertura de um espaço *sui generis* para as psicologias⁸. Este é o contexto psicossocial em que emergem pensadores como Nietzsche, Bergson e os pragmatistas americanos. O impacto dos pensamentos desses filósofos, alguns mais contundentes que outros, somou-se às incidências dissolventes das psicologias ditas científicas e das ciências sociais no campo epistemológico gerando

8. Isto de forma alguma significa o desaparecimento destes valores, o que é atestado pela permanência de fortes vestígios da ideologia liberal no mundo contemporâneo, e é esta ideologia a verdadeira guardiã deste ideal de autonomia individual. O que se passa contudo, como veremos à frente, é que estes vestígios não sobrevivem sem o amparo de alianças espúrias com elementos contraditórios. Que se pense, muito simplesmente, nas alianças entre liberais e "linha dura" que marcaram a história recente do neoliberalismo no Brasil e no mundo.

variadas versões de *naturalismos e historicismos*. Os revides epistemológicos a esses ataques, que grosso modo implicavam na *perda de autonomia do sujeito epistêmico, na sua encarnação natural e na sua mundanização histórico-social, enfim, no reconhecimento da sua finitude*, não se fizeram esperar: o positivismo lógico, e, mais ainda, a fenomenologia husserliana nasceram com a finalidade de resgatar o projeto epistemológico da modernidade e recuperar para o conhecimento a sua força de convicção abalada por toda sorte de ceticismo naturalista e historicista. Gera-se, desde então, um radical mal-entendido entre epistemologias e psicologias. Tudo se passa como se as epistemologias estivessem ainda no pleno exercício de suas velhas funções legislativas e judiciárias, ocupando uma posição ativa e sobranceira para de lá nos dizerem como e por que meios o conhecimento pode se constituir como conhecimento válido; no entanto, de fato, elas estão historicamente na defensiva: nem as ciências mais consolidadas precisam delas para sua legitimação, que se dá cada vez mais no plano da eficácia tecnológica, nem o modo de subjetivação que sustentava os projetos epistemológicos conserva sua vigência e credibilidade diante dos saberes psico e sociológicos. No entanto, continua-se frequentemente assistindo a um patético pedido de reconhecimento e legitimação por parte das chamadas ciências humanas, dirigido, nem mais nem menos, a quem vê seu espaço e seu tempo invadidos por novos modos de pensar o sujeito, oriundos precisamente das mesmas humanidades. Quando não procuram se sujeitar aos veredictos da epistemologia em alguma das suas versões contemporâneas, as ditas ciências humanas vão frequentemente se empenhar em patéticas tentativas de elaborar uma "epistemologia própria". O que parece realmente estar faltando é uma com-

preensão do radical desencontro histórico entre o projeto epistemológico moderno e os novos saberes psico-sociológicos: os segundos entram em cena no exato momento em que o primeiro fraqueja e esta entrada em cena não só testemunha, mas apressa o declínio do modo de subjetivação que poderia sustentar uma cultura regulada pelo ideal epistemológico.

No miolo deste mal-entendido, o que se passa em torno da psicanálise é paradigmático. Provavelmente, nenhum dos outros saberes contemporâneos expressou melhor e mais profundamente a falência do sujeito da modernidade com suas pretensões de autonomia, reflexividade e autocentramento. Nenhum sistema teórico foi mais longe que a psicanálise no descrédito do autodomínio, no descentramento e na dissolução da unidade do sujeito, na impugnação da suposta transparência de sua consciência, na contestação da força de sua vontade, etc. Não obstante, desde Freud até os dias de hoje, uma preocupação da psicanálise tem sido a de ser reconhecida como ciência diante de algum tribunal epistemológico. Submete-se de bom grado e *sponte sua* às mais implacáveis condenações – venham elas dos positivistas lógicos, venham dos popperianos, venham, enfim, de qualquer das inúmeras versões remanescentes da velha epistemologia – sem se dar conta de que o que lhe cabe não é particular desse martirizante lava-pés, mas contrapor a sua compreensão da subjetividade às visões ingênuas e idealizadas de subjetividade que impregnam em maior ou menor medida os pensamentos epistemológicos. O que se discute em torno do estatuto do conhecimento psicanalítico deveria nos servir de lição, de forma a abandonarmos definitivamente esta posição deferente e defensiva que, historicamente, não é a nossa.

Quando da elaboração do livro *Matrizes do pensamento psicológico* eu já percebia as dificuldades de lidar com os corpos doutrinários disponíveis na nossa área a partir de qualquer uma das *versões fortes* da epistemologia, vale dizer, de qualquer versão que conservasse as pretensões legislativas e judicativas sobre nossos procedimentos e nossas crenças. Já, então, percebia que havia entre as teorias psicológicas suficientes diferenças quanto aos pressupostos ontológicos e quanto aos pressupostos epistemológicos – ou seja, quanto às compreensões prévias do que é a realidade a ser estudada e de como produzir sobre ela algum conhecimento – para que se tornasse inviável e sem sentido a tarefa de submeter o conjunto dessas doutrinas a critérios e normas que se justificariam cabal e legitimamente, apenas para algumas delas. Nessa medida, não fazia sentido querer decidir uma questão do tipo: quem é mais científico, Rogers ou Jung? Ou uma outra questão tal como: quem faz verdadeiramente psicologia, Piaget ou Skinner? Em outras palavras, é preciso reconhecer que nem temos uma delimitação unívoca do campo, uma compreensão partilhada do que é fundamentalmente nosso objeto, nem, muito menos, há entre nós consenso sobre como gerar e validar conhecimentos. De fato, não há nem mesmo consenso quanto ao que é *conhecer*. Contudo, o que inviabilizava definitivamente o recurso a uma epistemologia forte tinha a ver com a própria natureza do campo: a elaboração dos saberes psicológicos impõe desafios irrespondíveis a uma epistemologia que pretenda se fundar numa completa separação entre um sujeito plenamente sujeito (pura atividade) e um objeto puramente objetivo (pura passividade); ou seja, o campo próprio das psicologias é o que, do ponto de vista epistemológico, teria o estatuto de *dejeito* do expurgo ope-

rado pelo método no processo de constituição de um sujeito purificado⁹. A consideração dessas dimensões supostamente descartáveis e *excluídas* da subjetividade como dignas de estudo, o reconhecimento de sua força e eficácia incontornáveis e incontroláveis são incompatíveis com a manutenção da crença numa subjetividade supramundana, desencarnada e infinita, capaz de contemplar desinteressadamente seus objetos.

Foi preciso, então, recolher-me à trincheira de uma *epistemologia fraca*, ou seja, de uma epistemologia cuja tarefa estaria limitada à elucidação das condições de possibilidade das diferentes teorias, procurando essas condições nos seus pressupostos implícitos. Mediante essa operação hermenêutica foi possível descobrir, ou introduzir, uma certa ordem submersa ao caos aparente – esta ordem aparecia no desenho formado pelas *matrizes do pensamento psicológico* a partir das quais são engendradas as teorias e sistemas hoje disponíveis; a partir dessa ordem era possível reagrupar e confrontar teorias, descobrindo, por exemplo, entre elas afinidades insuspeitáveis e oposições imprevisíveis.

Embora este trabalho me tenha trazido um razoável ganho em termos da compreensão da área, ele ainda me parece bastante insuficiente. A compreensão conquistada era, sem dúvida, útil tanto para justificar uma atitude tolerante e não dogmática diante das teorias como para

9. Sou também levado a pensar que aos psicólogos cabem os *dejetos* quando reflito não mais a partir de considerações culturais mais amplas, mas a partir dos lugares que são assignados aos psicólogos em muitos ambientes físicos e em muitos espaços imaginários. É interessante ver, por exemplo, como a *ordem médica*, a *ordem escolar* e a *ordem do trabalho* geram elas mesmas um "lixo" que é encaminhado ao psicólogo para uma eventual "reciclagem".

evitar um ecletismo fácil e irresponsável. Em outras palavras, tanto se vedava a pretensão de alguém se arvorar em único e legítimo representante da psicologia científica – descartando tudo o mais como ou não científico ou não psicológico – como se vedavam combinações indigestas entre corpos doutrinários cujos pressupostos estavam em franca oposição uns aos outros. O que ficava em aberto, porém, era a questão da escolha e da avaliação.

É bem verdade que a questão da escolha é, em parte, uma falsa questão. Os movimentos de aproximação e afastamento que os psicólogos e estudantes de psicologia realizam diante das teorias e sistemas psicológicos estão muito distantes do que poderia ser chamado de "escolha". Na verdade, o que parecia estar ocorrendo nestes casos é atração e repulsão acionadas por afinidades e simpatias que dizem mais de ressonâncias afetivas do que de exercício racional. É como se, muito antes de estarmos em condições de escolher, já tivéssemos sido escolhidos, como que fisgados por dimensões muito pouco visíveis e objetiváveis das teorias nas suas relações subterrâneas com aspectos também obscuros de nós mesmos. No entanto, mesmo que a escolha seja sempre, em primeira instância, algo ilusório não estamos dispensados de refletir sobre ela, de entendê-la, na medida do possível; não estamos dispensados, enfim, de nos posicionar e nos justificar. Ora, se as epistemologias fortes não se sustentam, e apenas delas poderíamos esperar algum critério de decisão, a epistemologia fraca exercida, por exemplo, nos estudos das matrizes, não é, por definição, capaz de nos conduzir a escolhas nem a justificativas racionais *a posteriori*. Será, então, que o abandono do projeto epistemológico moderno e das versões nor-

mativas da epistemologia nos deixaria imersos na indecisão e na impossibilidade completa de justificar racionalmente nossas opções teóricas e práticas? É nesta conjuntura que a dimensão ética dos discursos e práticas das psicologias emerge como o plano no qual uma nova racionalidade poderá ser exercida.

Uma cultura pós-epistemológica e os lugares da psicologia

A transição de uma cultura regida pelo tribunal epistemológico para uma cultura em que a ética assume uma posição central vem sendo marcada por empreendimentos filosóficos de variadas procedências; temos aí desde os trabalhos de Wittgenstein, das décadas de 1930 e 1940, aos de Heidegger, para tomar apenas alguns extremos (que em vários aspectos se tocam...). Um pensador contemporâneo e em plena atividade como Richard Rorty vem se notabilizando seja pela crítica explícita ao epistemologismo da modernidade, seja pela procura de um referencial ético inspirado tanto nas obras dos velhos pragmatistas, em especial John Dewey, como na de autores como Heidegger, Wittgenstein, e outros (por exemplo, Nelson Goodman)¹⁰. Entre os autores franceses, Foucault, Deleuze e Derrida participam de variados modos desse mesmo processo. Na Alemanha, a Escola de

10. Rorty, independentemente de concordarmos com suas teses e suas interpretações, é, atualmente, uma referência obrigatória no estudo dessa virada cultural, inclusive porque ele está, permanentemente, se recomenda-se a leitura de *Philosophy and the mirror of nature* (Princeton University Press, 1979); *Consequences of pragmatism* (Minnesota University Press, 1982); *Objectivity, relativism and truth* e *Essays on Heidegger and other* (ambos pela Cambridge University, Press, 1991 e 1991a).

Frankfurt e, em particular, as obras mais recentes de Habermas e K.-O. Appel tomam, em linhas gerais, uma direção semelhante, embora ainda mais comprometida com alguns ideais da modernidade.

O que, no conjunto, caracteriza este multifacetado movimento – que não comporta nenhuma síntese fácil e ao mesmo tempo fiel – é, fundamentalmente, a superação da hegemonia do *pensamento representacional* e da noção de *verdade por adequação ou correspondência*. As linguagens – tanto as teóricas e especializadas como as cotidianas – deixam de ser concebidas como meros instrumentos para a representação, mais ou menos fiel, de uma realidade para se converterem em *dispositivos constitutivos da experiência*. Há, entre os autores mencionados, posições mais nitidamente *construtivistas* do que outras; há diferenças significativas também quanto ao estudo da linguagem e – mais ainda – quanto ao estatuto da fala e de suas implicações ontológicas; contudo, que as linguagens, e principalmente as línguas no seu uso, enquanto falas, sejam o *meio universal da experiência*¹¹ na qual objetos e sujeitos se constituem – vindo a ser – e se encontram uns com os outros, não achando estes autores nenhuma oposição.

Ora, é a *eficácia constitutiva da fala* que dá a todas as línguas – a todos os *jogos de linguagem* – uma dimensão ética: por exemplo, cada uma das diferentes doutrinas psicológicas – independentemente do que delas

11. Acerca dessa noção e de suas amplas repercussões em diversos problemas clássicos da filosofia e da cultura, recomenda-se a leitura de M. Kush, *Language as calculus vs. language as universal medium. A study on Husserl, Heidegger and Gadamer* (Kluwer Academic, Publishers, 1989).

pode derivar em termos tecnológicos, embora este aspecto não seja negligenciável – não é basicamente um modo de representar o psicológico, mas um dispositivo apto a *propiciar, configurar, formar e constituir* tanto os homens como seus mundos – suas moradas, tanto os sujeitos como seus objetos, tanto as experiências sociais como as experiências privadas e “subjetivas” de cada indivíduo; são, em outras palavras, *instalações do humano*.

Contudo, o reconhecimento de que a cada doutrina corresponde um *ethos* – uma morada e um destino para o homem – não é suficiente para uma avaliação ética das psicologias. É necessário para tal que as teorias e sistemas sejam compreendidos no e pelo lugar que ocupam no espaço sociocultural contemporâneo.

O espaço psicológico e os lugares das psicologias

Na reconstituição que empreendi dos modos de subjetivação modernos desde o final do século XV até o final do século XIX fui acompanhando e procurando descrever alguns dos momentos da gestação do espaço psicológico tal como hoje ele se mostra a nós: *ele se mostra como o conjunto daqueles aspectos da “experiência” que de uma forma ou outra sendo, ao longo da história, excluídos do campo das representações identitárias que elaboramos sobre nós mesmos tanto para nos apresentarmos aos outros como para nosso próprio uso*. Trata-se, assim, de realizar uma espécie de *genealogia do psicológico*; para tal foi preciso partir do século XVI e das suas ricas experiências de abertura do campo existencial, mas, também, dos múltiplos ensaios de reformas ordenadoras incidindo nas esferas política, teológica, artísti-

ca, científica, e ainda nos planos dos costumes e modos de civilidade, entre outros; passar, em seguida, pelas vias dominantes de construção de identidades e representação de si (individuais, coletivas e nacionais) e pela crescente separação entre as esferas pública e privada da existência, nos séculos XVII e XVIII; acompanhar o progressivo amadurecimento da esfera privada, mas também a penetração e o aprofundamento dos controles públicos, até chegar no século XIX à formação do que denominei “o território da ignorância”.

O que vai caracterizar este território, no qual ainda hoje estamos plantados, é a presença conjunta de três polos ou *eixos axiológicos* balizando e modelando os processos de constituição das subjetividades: há um polo representado pela plataforma *Liberal*, em que dominam as exigências e os valores de uma identidade claramente estabelecida, autônoma, autocontida e autotransparente¹²; há um outro polo representado pela plataforma *Romântica*, em que dominam as exigências e valores de espontaneidade impulsiva, autenticidade, singularidade e inserção orgânica nos movimentos das forças naturais e históricas¹³; e, ainda, um terceiro polo representado

12. Trata-se aqui dos vestígios da modernidade na sua forma dominante, a do individualismo ilustrado.

13. Temos aqui a presença de uma outra versão da modernidade, que floresce em resposta aos fracassos do liberalismo no cumprimento de algumas das promessas e exigências contidas no projeto cultural do Ocidente moderno. O modelo de subjetivação romântico retoma pela raiz o impulso na direção da autonomia do sujeito desvinculando-a, porém, dos limites impostos pelo individualismo liberal. A noção de *gênio* do romantismo condensa esta nova versão da modernidade: o gênio é singularidade, espontaneidade e impulsividade em estado puro, postas à disposição da criação autônoma (o gênio cria segundo suas próprias leis); contudo, esta singularização extremada, ao invés de marcar uma separação, testemunha e propicia a imersão do gênio no fluxo das forças naturais e históricas, tornando-o um porta-voz da espécie e do seu tempo.

pelas novas técnicas de poder, sejam as que se aplicam molecular e calculadamente sobre cada indivíduo na sua pretensa independência (trata-se do poder racionalizante, administrativo e burocrático), sejam as que se aplicam à docilização das massas (trata-se aqui do poder carismático); para este conjunto de procedimentos adotei o nome de *Disciplinas*¹⁴. O que há de tipicamente contemporâneo neste espaço é a dominância disfarçada mas progressiva do eixo disciplinar sobre os dois outros que ora se aliam para dar combate às disciplinas, formando, por exemplo, os movimentos de contracultura, ora se aliam a elas de forma quase sempre camuflada¹⁵. Ora, o que importa é ver que entre estes polos formam-se relações ambíguas marcadas por alianças e conflitos. Em uma análise mais detalhada seria possível mostrar como cada um desses eixos subsiste apenas nas suas relações ambivalentes com os dois outros. Ocorre que este padrão autocontraditório estabelece como que um *interdito cognitivo*: desde qualquer um dos lugares possíveis desse espaço haverá sempre partes do território que se conservarão na sombra.

É neste contexto que o *psicólogo* se mostrará como o *impensável*, como o que opera no registro subterrâneo da exclusão, tanto como o *excluído* quanto como o *excludente*, vale dizer, como o que resiste ativamente a uma incorporação ao universo das identidades e repre-

14. Termo que me veio da leitura de Foucault (*Vigiar e punir*. Vozes, 1977), embora seja aqui adotado com um escopo um tanto diferente.

15. Em relação a isto, conviria aprofundar a análise dos fenômenos da *sociedade administrada* peculiar às democracias ocidentais – em que disciplinas e liberalismo estão articulados – e dos fenômenos totalitários – em que se assiste à articulação das disciplinas com o eixo romântico. Para tal, porém, seria necessário ocupar um espaço que extrapola o de uma nota de pé de página.

sentações. Os lugares que compõem este espaço e de onde emergem os processos contemporâneos de subjetivação devem ser vistos, assim, como soluções de compromisso entre os três polos; desde cada um destes lugares gera-se tanto uma *identidade* como um *inconsciente*; vale dizer, constitui-se um campo de representações possíveis e um conjunto de aspectos que se mantêm fora do campo da representação e do experimentável – são aspectos silenciados (mas cujas vozes acabam se fazendo ouvir e são interpretadas, por exemplo, no discurso moral como “vício” e no discurso médico como “sintoma”)¹⁶. O “psicológico” constitui-se, portanto, como um *metafenomenal* que detém o segredo das condições e dos outros sentidos daquilo que se dá e se configura na experiência. Por metafenomenal estou designando, então, aqueles aspectos que, embora constitutivos da experiência, não se mostram na própria experiência e nem devem ser buscados a partir da experiência, mas para além dela. Cabe aos psicólogos, em primeiro lugar, ter os olhos para ver e, no caso da clínica, os ouvidos para escutar este interditado¹⁷. Será preciso, também,

16. Tanto o *vício* como o *sintoma psicogênico* só se tornam possíveis como positividade nas condições estabelecidas pelo quadro de alianças e conflitos que envolvem liberalismo, romantismo e disciplina; mais particularmente, eles representam a irrupção de um elemento romântico, impulsivo e compulsivo desarticulando as alianças civilizadas com os polos liberal e disciplinar. Uma análise sugestiva da constituição histórica da positividade do vício e da *dependência* pode ser encontrada no livro *As transformações da intimidade*, de A. Giddens (Unesp, 1993).

17. Esta escuta do interditado é ainda mais exigida quando, tal como ocorre no Brasil e em particular no atendimento a uma população que está apenas ingressando na modernidade e ainda conserva-se enraizada numa cultura pré-moderna, o que não tem voz audível pelo ouvido institucionalizado é tudo o que provém daquela cultura e que não se encaixa no quadro de demandas e serviços legitimados pelas instituições moder-

elaborar uma linguagem que nos remeta a este metafenomenal: esta será a tarefa das *metapsicologias*¹⁸, cujos discursos metafóricos, inevitável e indispensavelmente “estranhos” à experiência, fazem o excluído irromper no campo do experimental.

Isto nos conduz, na análise das teorias e sistemas psicológicos, a uma segunda solução de compromisso: além de ocupar um lugar preciso no espaço da ignorância, no espaço psicológico, tal como qualquer identidade que aí se engendre, uma teoria psicológica deve ser capaz de estabelecer uma ponte entre o fenomenal e o “seu” metafenomenal, ou seja, *partir da experiência imediata, mas não se deixar fascinar por ela, enveredando pela busca das condições de possibilidade e dos sentidos ocultos da experiência imediata* (Figueiredo)¹⁹. Em outras palavras, em cada teoria da psicologia devemos, primeiramente, procurar as alianças e conflitos básicos entre Liberalismo, Romantismo e disciplinas; contudo, devemos, além disso, investigar como ela vislumbra e propõe o *trânsito* entre o campo das representações e das experiências em que alguém pode se reconhecer e o campo do vedado, resistente e obscuro a esta mesma existência. Será a solução específica que uma dada teoria psicológica consegue articular neste contexto que irá definir o seu *ethos*, ou seja, *a morada que oferece ao homem neste final de século*.

nas. Nestes casos, porém, há um risco de psicologizar e patologizar o excluído; para evitá-lo é preciso que a escuta do psicólogo tenha sido formada também nos campos da antropologia e da sociologia.

18. Estou usando aqui o termo “metapsicologia”, proveniente da psicanálise freudiana, para designar todos os discursos que nos remetem ao metafenomenal, tais como podem ser encontrados em muitas outras das correntes da psicologia contemporânea.

19. Figueiredo, L.C. *Psicologia – Uma introdução* (Educ, 1991).

Há, portanto, uma duplicidade na questão ética: por um lado há que se considerar no compromisso entre os valores *liberais, românticos e disciplinares* consagrados pela teoria psicológica em exame a forma precisa das alianças e das exclusões e os pesos relativos de cada ingrediente. Este compromisso se refletirá, em análise, na sua compreensão básica do que seja o campo metafenomenal²⁰; as *matrizes do pensamento psicológico* podem, portanto, ser repensadas a partir destas considerações, já que elas são as fontes de onde provêm e a partir de onde se configuram as teorias que enfocam o campo metafenomenal nas suas relações com o campo da experiência.

Com isso, poderemos avançar na identificação do *ethos* da teoria, mas ainda não estaremos preparados para uma avaliação ética. Para tal, há também que atentar para, de uma parte, como se efetua o *reconhecimento* e o *acolhimento da experiência tal como se dá ao sujeito*, e, de outra, como se cumpre a tarefa de *desconstrução do reino das identidades e das representações desde o ângulo do metafenomenal tal como teorizado*. Esta seria a tarefa desilusionadora das psicologias.

Podemos identificar facilmente duas formas contrastantes de renunciar a esta tarefa. Por um lado, uma teoria psicológica incapaz de estabelecer contato com o campo fenomenal contribui claramente para a desqualificação das experiências e, assim, para a *desautorização dos sujeitos*; isto implica, portanto, uma certa legitimação

20. Por exemplo, o metafenomenal pode ser tomado como *condições organizacionais* (abrindo o campo das psicobiologias), como *condições ambientais*, como *significados latentes*, etc. e em cada caso os ingredientes excluídos do território da ignorância poderão promover diferentes concepções do metafenomenal.

das formas de poder disciplinares que sobre eles incidem. Esta parece ser, por exemplo, a tendência dominante nos *behaviorismos*, cuja índole disciplinadora não escapa a um observador atento. Em contraposição, uma teoria que conceda à experiência um acolhimento pretenso integral, mas que seja incapaz de nos colocar em contato com o que, do ponto de vista dessa experiência e desse lugar, permanece como o *seu impensável*, claramente contribui para a conservação das ilusões narcísicas, sejam as da autonomia liberal, sejam as da espontaneidade e da singularidade românticas – esta me parece ser a tendência dominante das psicologias auto-proclamadas *humanistas* e “*fenomenológicas*”²¹.

Se os lugares das psicanálises²² me parecem paradigmáticos do que podem ser as novas *moradas do homem*, é porque vejo em todas elas, para além de suas diferenças doutrinárias, um movimento permanente de *trânsito* entre o fenomenal e o metafenomenal, entre o que se mostra e o que resiste, entre a representação e seus avessos (suas condições e seus outros sentidos), entre as identidades e seus subterrâneos, entre o discurso clínico

21. Esta denominação, diga-se de passagem, quase nunca corresponde a um uso preciso do termo e muito menos à adoção de uma perspectiva husserliana ou de algum dos seus derivados. De qualquer maneira, é discutível que uma psicologia estrita e exclusivamente fenomenológica, no sentido de Husserl, pudesse se encarregar das tarefas que a configuração cultural contemporânea assigna à psicologia.

22. O espaço não permite uma exposição cabal dessa ideia; que fique pelo menos registrada a hipótese de que as diferentes escolas psicanalíticas diferem, fundamentalmente, pelo fato de ocuparem lugares distintos no território da ignorância. Não obstante, elas ainda se distinguem das outras correntes do pensamento psicológico pelas razões que serão dadas logo a seguir.

e o discurso metapsicológico²³. Nas psicanálises o *psicológico* terá sempre e assumidamente esta *fisionomia bifronte* em que se reconhecem os compromissos simultâneos com o plano da experiência e com os planos de suas condições e outros sentidos e, mais profundamente, o compromisso simultâneo com o “plano do significado” e com o das “forças”, sem qualquer possibilidade de que estas oposições e heterogeneidades possam ser magicamente resolvidas ou ignoradas²⁴.

23. Numa obra ainda pré-psicanalítica como o *Projeto de psicologia para neurólogos*, Freud já explicitava uma compreensão das exigências a que uma psicologia científica devia satisfazer: esta, “além dos resultados que possa obter do ponto de vista da ciência natural, deve satisfazer um requisito fundamental. Com efeito, terá de nos explicar tudo o que já conhecemos, de maneira enigmática, através de nossa ‘consciência’; e uma vez que essa consciência nada sabe do que até agora estivemos pressupondo – quanto a quantidades e neurônios – também terá de nos explicar essa falta de conhecimento”. Embora Freud neste texto se refira aos *subterrâneos fisiológicos*, a mesma exigência se aplica a toda a espécie de acessos da consciência: eles precisam nos ajudar a entender tanto o alcance como os limites do experimentável. A respeito dessa ideia de um trânsito permanente entre discursos clínicos e metapsicológicos vale a pena assinalar que não se tratará jamais de um trânsito fácil e fluente, mas que, ao contrário, inevitavelmente haverá trombadas e descarrilhamentos decorrentes da própria natureza das coisas tal como modela esses dois níveis de fala. Ver E. Wallwork. *Psychoanalysis and ethics* (Yale University Press, 1991), em especial “The hermeneutical problem of reading Freud”, p. 19-48.

24. É esta heterogeneidade irreduzível entre *significado* e *forças* (pulsões), entre o campo das representações e um “não-representável” que faz do *inconsciente* freudiano realmente uma ruptura com toda a tradição da filosofia do sujeito, da consciência e da representação – de que a fenomenologia husserliana parece ter sido o derradeiro momento. Ver a respeito o elucidativo trabalho de M. Henry, *Ricoeur et Freud: entre psychanalyse et phénoménologie*. In: J. Greische & R. Kearney (orgs.). *Paul Ricoeur – Les métamorphoses de la raison herméneutique* (Éditions du Cerf, 1991, p. 127-143). Há também boas indicações acerca dessa heterogeneidade em um texto de L.A. Garcia-Roza que aponta para um heterogeneidade em um texto de L.A. Garcia-Roza que aponta para um “lugar das pulsões” fora do “espaço das representações”; nesta medida,

Aqui reside, creio eu, uma plataforma básica para a elaboração de uma ética na medida dos novos modos de subjetivação: é *melhor* uma teoria que teorize a cisão – do que uma que nos mantenha na ilusão de uma unidade do sujeito e de uma soberania e transparência da consciência – e é *melhor* uma teoria que teorize e propicie o trânsito – ao invés de uma que se estabeleça rigidamente em um dos lugares disponíveis, impedindo-se o contato com todos os impensáveis que deste lugar são constituídos.

o lugar das pulsões estaria para além do próprio inconsciente, pelo menos na leitura lacaniana do autor, em "A desnaturalização da psicanálise". *Revista de Psicologia e de Psicanálise*, 3: 67-81. C.S. Katz, numa leitura não lacaniana de Freud, em *Freud e as psicoses* (XENON, 1994), também acentua a heterogeneidade do aparelho psíquico e a irredutibilidade das pulsões ao campo dos significados e representações.

3

Quem é o psicólogo clínico?*

Creio que poderíamos tomar como ponto de partida um fenômeno inúmeras vezes descrito: a dominância da clínica tanto nas representações sociais do psicólogo como nas preferências dos estudantes de psicologia. A esta dominância corresponde o elevado *status* do clínico em comparação com as outras "identidades profissionais" do psicólogo. A questão é: será que isso está completamente equivocado e é um modismo, resultado de preconceitos ou de simples ignorância, etc.? Contrariando as respostas mais usuais, eu tentarei aqui dizer que não, que isto é compreensível e de uma certa forma é justo.

No entanto, para que a minha posição possa ser entendida seria necessário começar desfazendo algumas confusões a respeito do psicólogo clínico e da clínica psicológica.

A primeira confusão diz respeito ao lugar (o clínico é o que atende em consultório particular); a esta confusão

* Notas para uma palestra na mesa-redonda "O que é o psicólogo clínico?" na Semana da Psicologia da PUC-SP, out./1993.